



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT/CE)

Apresentação: 05/05/2026 19:48:59.647 - CASP

REQ n.29/2026

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CASP

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026**  
(Dos Srs. André Figueiredo – PDT/CE e Bruno Ganem – PODE/SP)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, para debater a importância da Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil, seus impactos previdenciários e a necessidade de aproveitamento dos candidatos de todo o cadastro reserva dos aprovados no concurso público vigente.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, com o objetivo de debater a relevância da Auditoria Fiscal do Trabalho para a garantia dos direitos sociais, a promoção do trabalho digno e o fortalecimento da economia nacional, seus impactos previdenciários, bem como a necessidade de aproveitamento de todos os candidatos do cadastro reserva dos aprovados no último concurso público para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, referente ao [REQ 17/2026 – CPASE](#), com a presença dos seguintes convidados:

- 1) Representante do Ministério da Previdência Social;
- 2) Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 3) Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);



\* C D 2 6 5 4 0 2 6 5 3 2 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT/CE)

- 4) THARLEN NASCIMENTO, Advogado e representante do movimento AMPLIA-AFT;
- 5) VALTER SOUZA PUGLIESI, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;
- 6) ADRIANA AUGUSTA DE MOURA SOUZA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho.

### JUSTIFICATIVA

A Auditoria Fiscal do Trabalho desempenha papel essencial na efetivação dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, atuando diretamente na fiscalização das relações de trabalho, no combate ao trabalho análogo à escravidão, ao trabalho infantil e às irregularidades que comprometem a dignidade do trabalhador brasileiro.

Ressalto que a Auditoria Fiscal do Trabalho (AFT), executada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho do MTE, é essencial para a arrecadação previdenciária ao fiscalizar o FGTS e as contribuições sociais (GPS) decorrentes de vínculos laborais (IN SIT/MTE nº 02/2025),<sup>1</sup> combatendo sonegação estimada em bilhões via ações fiscais que recuperaram valores significativos (ex.: 41.133 fiscalizações de FGTS em 2021, MTE).<sup>2</sup> Reduz informalidade (taxa em queda para patamares históricos ~37,5% no início 2026, PNAD Contínua/IBGE),<sup>3</sup> formalizando relações e elevando receita do RGPS/INSS, mitigando déficits atuariais por subdeclarações e precarização (pejotização ameaça direitos, MTE/2025).<sup>4</sup>

Apesar de sua relevância estratégica, o quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho encontra-se significativamente defasado, com elevado número de cargos vagos, o que compromete a capacidade do Estado de assegurar o cumprimento da legislação trabalhista em todo o território nacional.

Nesse contexto, destaca-se a existência de candidatos no cadastro reserva, devidamente aprovados em concurso público vigente, aptos e qualificados para o exercício da função. O aproveitamento desses profissionais representa medida eficiente, célere e economicamente viável para recomposição da força de trabalho, evitando os custos e a morosidade inerentes à realização de novos certames.

<sup>1</sup> <https://www.legistrab.com.br/497-instrucao-normativa-sit-mte-02-de-2025-dispoe-sobre-a-cobranca-e-a-fiscalizacao-do-fundo-de-garantia-do-tempo-de-servico-fgts-e-das-contribuicoes-sociais-instituidas-pela-lei-complementar-n/>

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2022/janeiro/fiscalizacao-do-trabalho-divulga-resultados-das-acoas>

<sup>3</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/taxa-de-informalidade-cai-no-mercado-de-trabalho-mostra-ibge>

<sup>4</sup> <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/outubro/pejotizacao-ameaca-direitos-e-desestrutura-politicas-publicas-diz-auditora-fiscal-do-trabalho>





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Federal ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT/CE)

Além disso, o fortalecimento da Auditoria Fiscal do Trabalho contribui diretamente para o aumento da arrecadação pública, a formalização das relações de trabalho, a redução de litígios judiciais e a promoção de um ambiente econômico mais justo e competitivo.

Diante disso, a realização de Audiência Pública permitirá a ampliação do debate com especialistas, representantes do governo, entidades de classe e a sociedade civil, visando à construção de soluções concretas para o fortalecimento da Auditoria Fiscal do Trabalho e a valorização dos profissionais que atuam na área.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2026.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO  
PDT/CE

Deputado BRUNO GANEM  
PODEMOS/SP

Apresentação: 05/05/2026 19:48:59.647 - CASP

REQ n.29/2026



\* C D 2 6 5 4 0 2 6 5 3 2 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

# Requerimento de Audiência Pública

## Deputado(s)

- 1 Dep. André Figueiredo (PDT/CE)
- 2 Dep. Bruno Ganem (PODE/SP)

Apresentação: 05/05/2026 19:48:59.647 - CASP

REQ n.29/2026

